

SONILDA PEREIRA DE SOUSA

O CONCEITO DO BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GOIÂNIA

2021

SONILDA PEREIRA DE SOUSA

O CONCEITO DO BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, na Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva

GOIÂNIA

2021

SONILDA PEREIRA DE SOUSA

O CONCEITO DO BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, Escola de Formação de Professores E Humanidades da Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Me. Mardônio Pereira da Silva _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professora convidada: Dra. Salete Flôres Castanheira _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ___ / ___ / 2021

DEDICATÓRIA

Especialmente a Deus, por estar sempre ser tão presente em minha vida, me orientando, me guiando e me fazendo entender que a sua essência em mim, me capacita a alcançar todos os meus objetivos;

À minha mãe, Dona Maria Zélia, por me conceber e ofertar seus cuidados maternos por toda minha vida, sempre me incentivando a buscar o caminho do conhecimento para viver uma vida digna e plena;

Aos meus familiares, pelo carinho e incentivo durante a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus, que nos capacita com a inteligência, nos permitindo caminhar nesta vida, acreditando que quando nos dedicamos e nos empenhamos, alcançamos nossos objetivos;

À minha família, que a todo instante se fez presente, me incentivando e encorajando quando minhas forças já não eram mais suficiente para seguir a caminhada;

Aos amigos que sempre me acompanharam em cada etapa, com palavras afetuosas, de incentivo e que sempre acreditaram que havia um grande potencial em mim;

Ao tutor Prof. Ms. Mardônio Pereira que foi aliado imprescindível em todo processo, não só com suas orientações e mediações para aquisição do conhecimento, mas também com seu exemplo de educador, professor humano e verdadeiramente engajado com o ato de educar, tornando-se assim grande referência para minha futura atuação docente;

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás pela oportunidade que me foi dada de ingressarmos em um curso de Graduação e o comprometimento com a formação integral de seus Universitários, conduzindo sempre o nosso processo de ensino-aprendizagem de forma responsável e significativa;

A duas pessoas muito especiais: D. Jerônima Gonçalves dos Santos, Presidente do Grupo Fraternal Paulo de Tarso, por me incentivar a cursar Pedagogia e à Prof^a Dnda Rita de Cássia Carvalho que me inspirou na escolha do tema desta monografia.

Por fim, agradeço ao universo por nos proporcionar conhecimento capaz de mudar nossas vidas, e pela oportunidade de aplicar esse conhecimento para o enriquecimento da minha vida e para o bem comum, permitindo a realização de pesquisas e de descobertas que nos fazem profissionais realizados e capazes de fazer a diferença diante a sociedade.

Diante disso, valeu a pena... E como valeu!!!

Pouco conhecimento faz com que as pessoas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto que as cheias as baixam para a terra, sua mãe.

(LEONARDO DA VINCI)

O CONCEITO DO BRINCAR HEURÍSTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sonilda Pereira de Sousa*

Mardônio Pereira da Silva**

RESUMO: Esta monografia é um estudo que tem por finalidade compreender o brincar heurístico e como este influencia o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Por meio de uma revisão bibliográfica, buscou-se compreender a brincadeira como fator de desenvolvimento e direito da criança, garantido por lei, e o brincar heurístico como uma nova abordagem diferenciada de organizar atividades lúdicas de crianças pequenas na primeira infância e que permite a criança desenvolver a imaginação e a criatividade, por meio de objetos não estruturados que a possibilita criar as suas próprias brincadeiras. Dessa forma, buscou-se entender a relevância pedagógica do brincar heurístico para a Educação Infantil, em contribuição ao desenvolvimento integral de seus alunos. O diálogo entre as percepções de autores que já principiaram a abordagem sobre o tema no âmbito acadêmico, nos revela a importância da prática do brincar heurístico para a infância. Tal pesquisa nos possibilitou compreender que o brincar heurístico desenvolve a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, quando permite aquisição de habilidades e competências cognitivas, emocionais e sociais que preparam a criança, por meio da imaginação e do mundo do faz de conta, de uma forma divertida e interativa para a vida e, na Educação Infantil, o brincar heurístico, possibilita esse desenvolvimento á toda e qualquer criança, independente de suas especificidades ou de sua condição social, sendo relevante não só para Educação Infantil, como para a criança, como sujeito histórico cultural, detentor do direito assistido pela Constituição Federal Brasileira de brincar.

Palavras-chave: Brincar Heurístico. Brincadeiras. Educação Infantil.

* Acadêmica do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

** Mestre. Professora da PUC Goiás. Orientador.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cesto dos tesouros	33
Figura 2 - Bandeja de experiências.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
CRIANÇA, INFÂNCIA E BRINCADEIRA	12
1.1 A criança e a infância do passado.....	12
1.2 A criança na contemporaneidade.....	15
1.3 Concepções de infância	16
1.4 A importância do brincar no contexto da infância.....	17
CAPÍTULO II	
LEGISLAÇÃO SOBRE O DIREITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.1 A Legislação para a Educação Infantil	19
2.2 O brincar como direito infantil.....	21
2.3 A BNCC e o brincar na Educação Infantil.....	23
CAPÍTULO III	
O BRINCAR HEURÍSTICO	26
3.1 O que é o brincar Heurístico?.....	26
3.2 A relevância do brincar heurístico para a infância na atualidade	27
3.3 O brincar heurístico e a Educação Infantil.....	28
3.4 O papel do professor de Educação Infantil no brincar heurístico	30
3.5 A prática do brincar heurístico.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia da PUC-GO, teve início com a construção do projeto monográfico. A matriz curricular do referido curso prevê dois semestres consecutivos para monografia, sendo Monografia I e II, preferencialmente, com o mesmo orientador, como ocorreu com esta investigação. O trabalho monográfico que se realiza nos 7º e 8º períodos, deverá permitir aos acadêmicos incursões mais verticalizadas sobre o tema visando a sistematização dos estudos.

Nos anos 80, a educação escolar era um privilégio para poucos, principalmente para pessoas de baixa renda. Devido a situação financeira precária de meus pais, só pude ter acesso a uma escola quando já tinha dez anos de idade. Lembro-me que a escola para mim era um sonho muito distante, uma realidade que não incluía filhos de trabalhadores rurais, que era como meus pais ganhavam o sustento para a sobrevivência de oito filhos.

Fui matriculada em uma escola do Município de Araguaína no Estado do Tocantins onde passei então a viver as maravilhas que uma criança vive com as descobertas no “fantástico mundo” de aprendizagem. Queria muito concluir o Ensino Médio, mas nunca me passou pela cabeça em cursar em uma Universidade.

Com o passar dos anos, imaginei que se um dia eu fosse ingressar em um Curso Superior seria com certeza no Curso de Direito. Nunca tinha pensado em cursar Pedagogia. Posso dizer que não escolhi Pedagogia, mas que a pedagogia me escolheu. Hoje sou apaixonada pelo curso e todo o conhecimento adquirido.

O trabalho docente aguça a minha vontade de aprender e ensinar. Penso que Pedagogia não é só um curso de formação de professores, vejo como a formação de seres humanos, e como base para a preparação de sujeitos para viver em sociedade. Portanto, hoje tenho certeza de que eu não poderia ter optado por outro curso, a não ser este.

Em 2015 tive a oportunidade de iniciar na área educacional como monitora em uma instituição localizada na região leste de Goiânia. As atividades desenvolvidas no projeto eram reforço escolar, atividades extracurriculares e as brincadeiras, dentre elas as com materiais não estruturados.

Como sabemos a pedagogia é um processo de ensino e aprendizagem, e o brincar heurístico contribui diretamente para esse processo, as descobertas científicas mostram o quão importante são as experiências que temos na infância.

Nos primeiros anos de vida as crianças estão ativas às descobertas e os brinquedos de largo alcance estimulam o interesse da criança dando possibilidades de explorar, investigar e descobrir o mundo de maneira lúdica. Portanto, o brincar heurístico é de suma importância para o desenvolvimento da motricidade, autonomia, emocional e cognitivo das crianças.

A escolha do tema aconteceu por meio de observações minhas durante os quatro anos que estive no Projeto. Essas observações me levaram a refletir sobre o quanto o brincar ajuda na aprendizagem e no desenvolvimento infantil; e de que forma o brincar heurístico possibilita esse brincar para as crianças. Assim, a questão principal de pesquisa é: Como o brincar heurístico pode auxiliar no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil?

Esse tema tem a intenção de jogar luz as brincadeiras com materiais não estruturados, uma vez que a modernização dos brinquedos estruturados faz com que a criança tenha pouco acesso ao brincar heurístico e, é de suma importância que a criança nos três primeiros anos de vida explore objetos de largo alcance, desafiando suas possibilidades e melhorando-as.

O estudo se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográficas, considerando a literatura nacional e palestras documentadas, determinando o conhecimento atual sobre o tema estudado, de modo a possibilitar a identificação, análise crítica e síntese dos resultados verificados, e apontar eventuais lacunas e entraves teóricos existentes.

O referencial teórico foi construído por meio da contextualização de todas as informações e estudos relevantes, a fim de qualificar a discussão dos resultados e responder de forma consistente o problema.

Para o levantamento de dados na literatura, foi realizada uma busca Google Acadêmico, Revistas científicas, e Literatura Brasileira. Os descritores a serem utilizados: Brincar Heurístico, Educação Infantil e Brincadeira Livre. Esclarecer como o brincar heurístico pode auxiliar no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

A conclusão da pesquisa estruturou o trabalho monográfico em tres capítulos.

O primeiro capítulo, explanou-se sobre um breve histórico da história da Criança, observando as concepções de criança e infância concebidas no passado e presente, e o brincar como conjunto histórico de ações que perpassam a história da criança em movimento.

No segundo capítulo, apresentou-se de forma sintetizada, os documentos legais que permeiam os direitos da criança e asseguram o seu desenvolvimento pleno.

E no terceiro capítulo buscou a compreensão sobre o que é o Brincar Heurístico. Como esse tipo de brincar auxilia o desenvolvimento infantil e qual a relevância do Brincar Heurístico para a Educação Infantil.

Espera-se com este estudo principiar a reflexão a cerca do brincar e do brincar heurístico nos envolvidos com o desenvolvimento infantil e no âmbito acadêmico, abrir portas a novas pesquisas que possam evidenciar com mais ênfase, a importância das brincadeiras para uma infância feliz e por mais crianças realizadas.

CAPÍTULO I

CRIANÇA, INFÂNCIA E BRINCADEIRA

Ao se referir à criança, antes de tudo é preciso compreender as dimensões que permeiam o seu lugar na sociedade. Tratar da educação infantil, implica em conhecer como se dá o seu desenvolvimento e quais aspectos foram relevantes para sua constituição histórica como sujeito de direitos.

De acordo com Gonçalves (2016),

A história dos direitos das crianças se encontra vinculada à história dos direitos do homem. Sua origem está pautada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que se propagaram com as correntes filosóficas da Revolução Francesa (1789-1799). Assim, compreender as tensões, debates e embates que caracterizam as relações entre modernidade e contemporaneidade é fundamental, pois, [...] com a modernidade mudam-se os fins e os meios da educação. (GONÇALVES, 2016, p. 1).

Dessa forma, para a compreensão da importância do Brincar Heurístico em contribuição ao desenvolvimento integral da criança, este estudo, por meio deste capítulo, principia seus objetivos, apresentando uma breve história da criança e sua constituição como sujeito de direitos assegurados por Leis e documentos de âmbito nacional e internacional, a fim de propiciar reflexão sobre o que era ser criança na antiguidade e o que é ser criança na atualidade.

1.1 A criança e a infância do passado

Para se conceber a criança e a infância na atualidade, é preciso conhecer como vivia e era tratada a criança no passado. O pesquisador francês Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família*, publicada em 1960, aponta que o conceito ou a ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura.

Os estudos de Ariès (1981), considerado o precursor da *História da Criança*, realizados com base em iconografia religiosa e leiga, diários de família, dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, foram a mola

propulsora para os primeiros trabalhos de história centrado no lugar e representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII.

A história da criança contada por Ariès (1981) nos revela que na Idade Média, esta era tratada como adulto em miniatura. Eram vestidas como adultos e participavam de reuniões, festas e danças adultas, onde estes, sem discriminação alguma, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras e todos os tipos de assuntos eram discutidos na frente da criança, inclusive a participação em jogos sexuais. Isso acontecia porque no mundo adulto não se acreditava na existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças. “[...] no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido [...]” (ARIÈS, 1981, p. 51). As crianças eram preparadas para funções dentro da organização social. O desenvolvimento das suas capacidades ocorriam a partir das relações que mantinham com os mais velhos.

Na relação adulto/criança, não havia sentimento, preocupação ou qualquer outro tipo de atitude que valorasse a criança. Quando adoeciam, ou se esperava morrer por si própria ou se levava a criança à morte, pois entendia-se que esta não serviria pra mais nada, estado doente. O sentimento materno não existia, e a criança era facilmente substituída por outra que atendesse as necessidades sociais da família e aos sete anos, se ainda estivesse viva, era inserida no trabalho.

Somente por volta do sec. XVII essa percepção de criança e a inexistência da infância começaram a tomar rumos diferentes, por meio dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja que não aceitava a passividade do infanticídio, antes tolerado secretamente.

Os cuidados com as crianças passaram a ser um trabalho realizado exclusivamente pelas mulheres, no caso, as amas e parteiras, que agiriam como protetoras dos bebês, criando uma nova concepção sobre a manutenção da vida infantil. A esse período Ariès se refere que acontecera “[...]..como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes.[...]” (ARIÈS, 1981, p. 61).

Conforme Santos e Rosa (2019)

Até o século XVII a criança era percebida como um adulto em escala reduzida, com o advento da modernidade começa a surgir um sistema de educação, uma consciência de sua importância. No século XIX, a partir da descoberta e do reconhecimento da infância aparecem também instituições voltadas para a proteção e a formação da criança, de modo que, aos poucos, o sentido da infância começa a ter novos contornos, embora sua história permaneça um relato da perspectiva do adulto. (SANTOS; ROSA, 2019, p. 29).

Diante disso podemos conceber que a criança do passado não era entendida como criança. Não possuía direito a saúde, a educação, a infância, até porque esta não existia nos pensamentos dos adultos. Somente quando a Filosofia, a Sociologia e Psicologia começaram a emergir estudos sobre o desenvolvimento humano, sobre o processo de aprendizagem, é que os fatores criança, infância e desenvolvimento infantil começou a tomar corpo e destacar a importância de se garantir um desenvolvimento infantil adequado para a promoção de adultos saudáveis e uma sociedade mais plena.

A mudança de modelos e padrões conceituais, de visão de mundo, não ocorre de uma hora para outra ou por decreto. As transformações de ideias e práticas retratam caminhos que muitas vezes não são tão perceptíveis e que levam considerável tempo para serem incorporadas na realidade social. Somente no final do século XX, a sociedade começa a reconhecer o direito de a criança ser protagonista de sua própria história, de viver a infância de forma plena e integral. (SANTOS; ROSA, 2019, p. 29).

A história da criança no Brasil não está tão distante das transformações que ocorrem em âmbito global, embora possua particularidades em que se constata uma sociedade injusta no que tange a distribuição de riquezas; avara no que tange ao acesso a uma educação universalizada e que traz em suas raízes as marcas de um longo período de escravidão. Desta marca entravada na formação social e política brasileira, o Brasil instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1989) como uma esperança de mudança.

Em um âmbito legal, além de corroborar com a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989), a ECA propõe uma mudança nos conceitos relativos à criança e ao adolescente, até então fundamentados na ideia de menoridade.

1.2 A criança na contemporaneidade

A criança contemporânea goza de direitos adquiridos por meio de muita luta social e política. Desde então, a infância passou a ser reconhecida como longos e importantes anos da vida de um homem. Tais lutas encontraram muitos desafios em seus percursos. Segundo Gonçalves (2016)

São muitos os desafios para que os direitos das crianças, no âmbito internacional e nacional, proclamados, respectivamente, pela: Declaração de Genebra (1924), Declaração dos Direitos da Criança (1959), Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), Constituição Federal Brasileira (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e Lei 11.525 (2007), realmente sejam efetivados, a fim de garantir à criança os seus direitos e sua prioridade absoluta. (GONÇALVES, 2016, p. 1).

A Constituição Federal Brasileira, expressa o reconhecimento e a necessidade de proteção à infância, o direito de atendimento em creches e pré-escolas às crianças, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, direitos esses confirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8069/1990, o qual considera a criança como sujeita de direitos, no artigo 100, parágrafo único: “[...] da condição da criança e do adolescente como sujeito de direitos: crianças e adolescentes são titulares dos direitos previstos nesta e em outras leis, bem como na constituição federal” (BRASIL, 1990).

Amparadas por Lei, a criança e a infância, dispõem lugares de destaque no que se refere à garantia de ensino, ao desenvolvimento social e ao futuro de uma nação, pois compreende-se que a criança, vivenciando uma infância plena, se tornará um adulto feliz e completo o que contribuirá para uma sociedade mais realizada.

Na atualidade a criança é vista como um sujeito de natureza singular, que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelece desde o nascimento, com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, a criança revela seu esforço para compreender o mundo em que vive, as relações contraditórias que presencia e, por

meio das brincadeiras, explicita a condição de vida a que está submetida, bem como seus anseios e desejos.

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento para elas, não se constitui em cópia da realidade, mas sim, como fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Dessa forma, na atualidade a criança é concebida como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Compreender, conhecer e reconhecer as peculiaridades das crianças é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais.

1.3 Concepções de infância

Embora as concepções de criança e de infância estejam atreladas, ambas possuem significados distintos. A infância está vinculada a condição social e a criança é o sujeito.

De acordo com Mello (2007, p. 90 apud GONÇALVES, 2016, p. 10), a “[..] infância é o tempo em que criança deve se introduzir na riqueza da cultura humana histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades especificamente humanas”

Diante disso, pode-se conceber a infância como o período de vida, inerente ao homem, em que a criança, por meio das interações e relações com o mundo, realiza importantes descobertas sobre si, e sobre tudo que está a sua volta.

Historicamente, essa visão de infância surge na Idade Média, através do conceito de Airés (1981) em “Idades da Vida”, que separava a vida em seis etapas e/ou fases. Dentre essas fases, a primeira correspondia ao período que vai do nascimento aos 7 anos de idade. A palavra infância é originária do latim *infantia*, e significa “incapacidade de falar”. Acreditava-se que a criança, antes dos 7 anos, não

possuía a habilidade de se comunicar através da fala, de explicitar seus desejos, suas inquietudes, seus sentimentos. Tratava-se de um ser incógnito, sem evidência na sociedade. Quando as crianças eram representadas através de pinturas, elas eram frequentemente retratadas numa perspectiva de um adulto em miniatura.

Arroyo (2013) é contrário a essa concepção, e defende que a infância se caracterizava como etapa etária de cuidados e que, no entanto, uma idade não está em função de outra idade, já que para ele, cada tempo da vida tem sua especificidade e demanda uma educação própria e não enquanto preparo para outra fase.

Diante as premissas, percebemos que o conceito de infância está vinculado a história que os sujeitos fazem e trazem consigo e considerada a primeira etapa da vida onde a criança forma sua identidade, caráter, através das descobertas de si e do mundo. Nesse processo a criança desenvolve-se biologicamente e cognitivamente por meio das experiências e brincadeiras, desde que tenham seus direitos respeitados e preservados.

1.4 A importância do brincar no contexto da infância

A infância passou a ser construída historicamente a partir do momento em que se percebeu a sua importância desta, no desenvolvimento da criança, por meio de um complexo processo de produção de representações sobre as crianças e a criação de espaços de organização social especiais para elas. Com isso, houve uma necessidade social de uma institucionalização da infância que, foi sendo construída com a criação de instâncias públicas como as escolas, com a ideia de retirar as crianças do universo do trabalho lado a lado dos adultos.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem a função de educar e cuidar da criança considerando as suas peculiaridades e especificidades. Isso implica em garantir o direito a infância através da garantia dos direitos assegurados pela Lei brasileira e pelos documentos oficiais que norteiam a prática educacional em instituições infantis. Um desses direitos assegurados é o direito de Brincar.

De acordo com Fortuna (2018, p. 58), “a brincadeira é, por excelência, ação, devido à sua condição de atividade fundamental do ser, ela é, também, por extensão, aprendizagem”.

O filósofo Huizinga (1991) citado por Monteiro e Delgado (2014),

fala do brincar como sendo a ação pela qual a civilização surgiu e se desenvolveu. [...] afirmando que este constitui uma autêntica escola de disciplina, que expõe e organiza emoções e afetos, um espaço de liberdade que a criança livremente aceita e exercita, pondo à prova as qualidades daquele que brinca, que deve sempre obedecer às regras do jogo. (HUIZINGA, 1991 apud MONTEIRO; DELGADO, 2014, p. 109),

Segundo Navarro (2009),

O brincar é atividade fundamental para crianças pequenas, é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social. Brincar é um direito da criança, além de ser de suma importância para seu desenvolvimento, e, por isso as escolas de ensino infantil devem dar a devida atenção a essa atividade. (NAVARRO, 2009, p. 1).

Diante disso, pode-se perceber que brincar é inerentemente responsável pelo desenvolvimento da criança na infância e, portanto uma importante estratégia de ensino para a Educação Infantil. Não considerar a sua importância para o desenvolvimento infantil, é negligenciar a própria condição social da infância e se opor aos objetivos educacionais da Educação Infantil que visa a promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psíquico, emocional, moral e social.

Dada à importância do brincar e das brincadeiras na infância e desse modo, a relevância para o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, é que no próximo capítulo buscamos a legalidade do ato de brincar como direito assegurados pelas leis que regem a educação no Brasil.

CAPÍTULO II

LEGISLAÇÃO SOBRE O DIREITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo nossa investigação se volta para analisar a legislação que estabelece os parâmetros legais para a educação infantil no nosso país. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Infantil passou a integrar a Educação Básica, equiparando-se às etapas dos Ensinos Fundamental e Médio.

Em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, estruturou melhor as diretrizes da Educação Infantil. Plano Nacional de Educação, em 2001, previu um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil. Em 2006, e em função da escolarização de 9 anos, a Educação Infantil passou a atender crianças de zero a cinco anos e a Lei 12.796/13 estabeleceu obrigatoriedade da Educação Infantil, exigindo frequência e carga horária mínima, e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, ganhou orientação para o currículo formal a fim de desenvolver habilidades e competências desse público alvo.

Vejamos então a seguir o aprofundamento das legislações em tela.

2.1 A Legislação para a Educação Infantil

As **Leis de Diretrizes e Bases (LDB)**, em seu artigo Art. 29, afirma que

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o fazer pedagógico, nesta etapa de ensino. Deve propiciar todas as condições para que a criança se desenvolva, conforme lhe assegura o texto da Lei.

O **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)** foi concebido em 1988, de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos

pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. É um documento que apresenta “referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras” (BRASIL, 1998, p. 13). Seu maior objetivo é socializar informações, discussões e pesquisas para subsidiar o trabalho dos professores e demais profissionais da Educação Infantil, com base em princípios que sustentem o trabalho pedagógico considerando as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças. São eles:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p. 13).

As **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (BRASIL, 2010, p. 11).

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018).

Todos esses textos amparam legalmente os direitos constitucionais das crianças, assegurando-lhes o desenvolvimento de todas as habilidades e competências necessárias a convivência cidadã.

2.2 O brincar como direito infantil

Para a Educação Infantil, a BNCC apresenta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo, direito de conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento, orientados pela BNCC, atendem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas para Educação Infantil, a interações e as brincadeiras conforme a as DCNEI, em seu Artigo 9º, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. Começa-se então a fomentar a importância do brincar para o desenvolvimento infantil.

Outros documentos, até de nível internacional, preveem a legalidade do ato de brincar para a infância. São eles:

- A Declaração dos Direitos da Criança (1959) que em seu princípio 7º afirma que “a criança tem direito à educação, para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos e seu senso de responsabilidade moral e social”. “[...] A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando aos propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito”; (BRASIL, 1959).
- A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) em seu Artigo 31 afirma que:
 1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.
 2. Os Estados Partes respeitarão e promoverão o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e encorajarão a

criação de oportunidades adequadas, em condições de igualdade, para que participem da vida cultural, artística, recreativa e de lazer.

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), Art. 16 diz que “O direito à liberdade (previsto no artigo 15) compreende os seguintes aspectos: [...] IV - brincar, praticar esportes e divertir-se”;
- O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), Art. 5º que constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica. [...] e Art. 17 afirmam que

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades.

Toda legitimidade do direito de brincar dadas as crianças, se consolidaram em decorrência dos estudos científicos a cerca do desenvolvimento humano e infantil que relacionaram a ludicidade, a brincadeira e o brincar como indispensável ao desenvolvimento infantil.

De acordo com Souza et al. (2008), “A teoria de Jean Piaget (1896-1980) estudando sobre o desenvolvimento da inteligência, colocou o jogo e o brincar como atividades indispensáveis na busca do conhecimento pelo indivíduo.”

Acrescenta ainda que:

Piaget (1978) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Estas não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Segundo Rolim, Guerra e Tassigny (2008)

Os estudos de Vygotsky contribuíram muito para a construção de conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil e para as noções de brincar nesse desenvolvimento, trabalhando com a noção de que o brincar satisfaz certas necessidades da criança e que essas

necessidades são distintas em cada fase da criança, pois vão mudando no decorrer de sua maturação. Com isso, o brincar toma novos contornos, modificando-se, também, para atender às novas necessidades que vão surgindo no contexto da criança.

Dessa forma, pode-se apreciar a concepção da importância do brincar para o desenvolvimento, na visão de dois grandes autores da Teoria do Desenvolvimento Humano e que abriram espaços para estudos cada vez mais enfáticos, sobre a importância da ludicidade, da brincadeira, do brincar para o desenvolvimento infantil, contribuindo em larga escala, para a elaboração de documentos que asseguram esse direito inerente e inseparável da criança. Afinal, podemos conceber criança sem o brincar?

2.3 A BNCC e o brincar na Educação Infantil

A BNCC prevê a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica, tão importante quanto o Ensino Fundamental e Médio, pois por ser a etapa da educação que desenvolve todas as habilidades e competências que a criança necessita para dar prosseguimento à vida escolar, merece ser encarada com a atenção devida:

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, 2018, p. 36).

A BNCC também prevê, que na Educação Infantil, o vínculo entre o cuidar e o educar são indissociáveis do processo educativo e que, portanto, as creches e pré-escolas, ao acolherem as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, devem ter o objetivo de ampliar o universo de suas experiências, conhecimentos e habilidades, de forma diversificada e consolidando novas aprendizagens que os permitam desenvolver a socialização, a autonomia e a comunicação.

Assim a BNCC se estrutura em seis direitos de aprendizagens pertinentes ao desenvolvimento da criança que,

[...] asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2018, p. 37).

Esses direitos orientam a intencionalidade educativa das práticas pedagógicas com objetivo de auxiliar o professor no planejamento, organização e proposição de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BRASIL, 2018).

Segundo a BNCC (2018) são Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
 - Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
 - Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
 - Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
 - Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2018, p. 38).

Este importante documento norteador da prática pedagógica na Educação Infantil, categoriza o ato de brincar como um Direito de Aprendizagem e Desenvolvimento, porque em sua elaboração entendeu-se a importância do ato de brincar para o desenvolvimento pleno da criança.

A interação, durante o brincar, caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2018, p. 37).

Desde que a infância foi reconhecida como um momento importante do desenvolvimento humano, esforços jurídicos e acadêmicos se empenham em enfatizar os direitos da criança e lhes assegurar um desenvolvimento pleno como podemos constatar nos documentos e Leis neste capítulo citados. O ato de brincar então entra como um importante fator que proporciona, através da ludicidade, o desenvolvimento psíquico, motor, social e emocional da criança.

Percebe-se assim, que ao se falar em desenvolvimento infantil, não se pode pensar em consolidação de conhecimentos e sim em aquisição de habilidades e competências, as quais as crianças necessitarão para o seu desenvolvimento pelos restos de suas vidas e a brincadeira, o ato de brincar, é a primeira ação infantil que permite a criança interagir, explorar, conviver, participar e conhecer a si, o outro e a tudo que está a sua volta, portanto, imprescindível a estimulação desde a mais tenra idade da infância.

Em face da importância do brincar para a infância, é que este estudo, no próximo capítulo, se propõe a compreender o Brincar Heurístico na Educação Infantil, e como esta modalidade contribui para o desenvolvimento da criança.

CAPÍTULO III

O BRINCAR HEURÍSTICO

Diante da importância que a brincadeira tem na vida da criança, faz-se necessário que educadores comprometidos com o desenvolvimento infantil compreendam o ato de brincar em todos os seus aspectos e relevância. Compreender os processos psíquicos, físicos, sociais e emocionais que a criança desenvolve no ato de brincar, possibilita ao educador o direcionamento assertivo da intencionalidade pedagógica que pretende se empreender na brincadeira proposta.

Dessa forma, este capítulo se estrutura no conhecimento mais aprofundado sobre o brincar heurístico, buscando entender o que é, qual a sua relevância para o desenvolvimento infantil, porque é importante para Educação Infantil e como educadores podem estruturar o brincar heurístico na Educação Infantil.

3.1 O que é o brincar Heurístico?

De acordo com o Dicionário Priberam (1996) a palavra heurística é grega, deriva de *heurísko* e o seu significado é “descobrir, inventar, obter”, “o processo pedagógico de encaminhar o aluno a descobrir por si mesmo o que se quer ensinar”. Dessa forma entendem-se o brincar heurístico como a brincadeira com foco na descoberta que a criança consegue fazer e também na manipulação de objetos como sementes, caixas, tapetes de borracha, bolas de pingue-pongue, novelos de lã, etc.

Pestalozzi (1969) citado por Pinheiro (2019, p. 719), entende que: “o brincar heurístico envolve oferecer a um grupo de crianças, uma grande quantidade de objetos para que elas brinquem, manipulem livremente sem a intervenção dos adultos, sendo eles pais ou educadoras”.

Assim a brincadeira heurística dispõe ao alcance de crianças que se possa tocar, explorar e sentir para perceber as diferentes texturas, propriedades e formas. A sua relação com o espaço e com os materiais possibilitará diversificadas sensações e aprendizagens. Tudo se torna uma novidade, uma nova descoberta. O brincar heurístico com objetos proporcionará aos meninos e às meninas a oportunidade de vivenciar esta experiência de brincadeira livre e espontânea que lhe trará muitas aprendizagens.

A abordagem heurística do brincar surgiu na Inglaterra, Itália, Escócia e Espanha, em 1987, e colocada em prática por Elinor Goldschmied com um grupo de colaboradoras buscando uma abordagem que valoriza ao máximo a criança como centro da aprendizagem. (ROCHA; POLONINI, 2020, p. 3). Mesmo sendo uma ação livre, deve estar permeada por intenções educativas, portanto carece de planejamento e organização por parte do docente que deverá conduzir o aprendizado de forma bem sutil a fim de atingir os objetivos propostos sem intervir na liberdade de brincar da criança. Na abordagem heurística do brincar, a criança deve ser estimulada a usar a imaginação e criar. Porém alerta Pinheiro (2019, p. 719) que:

É importante o cuidado de não confundir os momentos de brincadeiras exclusivamente como portadores de aprendizagens e planejar brincadeiras sempre com este intuito, a brincadeira deve ser livre, pois ela aprenderá por si só, isso acontece de maneira natural. Essa postura poderia causar um protecionismo excessivo do adulto ao orientar, e sempre estar conduzindo os momentos de brincadeira com um propósito específico, com objetivos marcados e cronometrados.

A intencionalidade educativa deve sim estar presente no planejamento das atividades relacionadas ao brincar heurístico, porém com moderação e cautela. A observação das criações e das descobertas realizadas pelas crianças é o que verdadeiramente definirá a aprendizagem consolidada e marcará o desenvolvimento.

3.2 A relevância do brincar heurístico para a infância na atualidade

As crianças dessa geração crescem envoltas em tecnologias e recursos informáticos que as colocam em um espaço entre 4 paredes e lhe priva da magnitude das vivências das brincadeiras. Não se obstina aqui tecer críticas à tecnologia, que tem se apresentado como grande aliada ao desenvolvimento da atual sociedade, mas sim resgatar em nossas crianças o gosto pelo brincar e propor o desafio do brincar heurístico na perspectiva criativa, criadora e inovadora.

Sim, a tecnologia também propicia desenvolvimento e é muito útil no desenvolvimento escolar de nossos alunos em qualquer etapa de ensino, mas o que se vê são crianças, até com a mais tenra idade, alienadas e viciadas em jogos

eletrônicos e conteúdos nada pedagógicos e que não acrescentam em nada ao seu desenvolvimento e que ainda prejudicam o desenvolvimento social da criança por não permiti-las desfrutar das relações sociais vigentes.

De acordo com Pinheiro (2019),

O homem não brinca mais, a criança pequena começa a fazer imitações do homem que não brinca mais e vai acabar sem nunca ter brincado, pois infelizmente nossa “época”, pode-se falar assim, as brincadeiras foram sendo deixadas de lado e substituídas por tecnologia, na qual o jogo brinca, e os movimentos são virtuais e não da própria criança. [...] A criança só vê a mãe usando aparelhos elétricos, não vê a mãe sacudindo a roupa, cantarolar enquanto bate um bolo, até mesmo ir á lojas se tornou cansativo, pois tudo é online. A mãe e o pai são portadores de aparelhos que precisam fazer tudo o mais rápido possível. Em vez do canto, da dança, o barulho dos motores domésticos. (PINHEIRO, 2019, p. 719).

Desse modo a proposta do brincar heurístico se apresenta como possibilidade de incluir as crianças novamente no aprendizado lúdico. O brinquedo e as brincadeiras ofertam à criança a possibilidade de desenvolver a imaginação, a confiança, a autoestima, e a cooperação, no meio em que esta inserida. A forma que a criança brinca mostra seu mundo interior, revela suas necessidades e isso permite a interação da criança com as outras crianças e a formação de sua personalidade. É dessa forma que tona-se necessário que as escolas de Educação Infantil proporcionem condições e promovam situações de atividades conforme as necessidades das crianças, oportunizando a estimulação para o seu desenvolvimento integral e, o brincar Heurístico, como abordagem que permite a criança brincar livremente, a partir das construções e criações que ela mesma faz, contribui de forma significativa para o processo de aprendizagem e, portanto, de grande relevância para a infância e para o desenvolvimento infantil.

3.3 O brincar heurístico e a Educação Infantil

A Educação Infantil é a etapa da Educação básica que atende crianças de 0 a 5 anos e que, por meio das interações e brincadeiras, estrutura o desenvolvimento infantil com base no cuidar e no educar com objetivo de desenvolver habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento pleno e exercício da cidadania, durante o seu percurso de vida. Sendo o primeiro espaço que a criança é inserida

fora do ambiente familiar, deve propiciar condições adequadas de desenvolvimento prazeroso, agradável e que atendam as necessidades das crianças que acolhe. É dessa forma que a brincadeira e o brincar são importantes para a Educação Infantil.

Desse modo, percebe-se o importante papel do brincar no desenvolvimento infantil. Os estudos sobre ludicidade apresentam o brincar estruturado (jogos, brinquedos e brincadeiras) e o livre brincar (brincar heurístico) como modalidades essenciais do brincar a serem proporcionadas na primeira infância.

O brincar estruturado é uma das modalidades do brincar mais conhecidas e utilizadas no cotidiano das crianças, seja em suas famílias, como também nas escolas de Educação Infantil. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras, fazem parte dessa modalidade do brincar e vão surgindo na vida da criança e proporcionando ricas experiências de aprendizagem, possibilitando a conquista e a formação da sua identidade, entre outros benefícios (KISHIMOTO, 2016).

Por meio das brincadeiras, a criança, ainda que pequena, consegue expressar o conhecimento que traz consigo por meio de tomadas de decisões, escolha do que quer fazer, interação com pessoas, expressando o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo, sendo o brincar, uma das coisas que as crianças mais gostam de fazer.

O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário. (KISHIMOTO, 2010, p. 1).

O brincar heurístico na Educação Infantil é uma abordagem que estimula a criança ao treino para descoberta das coisas por si próprio e tem como objetivo central a exploração espontânea dos diferentes tipos de objetos. A interação da criança com o meio, se dá de forma livre e espontânea e a motivação para o brincar atende as necessidades e vontades dela própria.

De acordo com Elinor Goldschmied citado por Venâncio (2020), “o brincar heurístico contribui para o desenvolvimento da habilidade concentração. O brincar tem sua própria lógica. A repetição contínua desenvolve habilidades e novos conhecimentos”.

Diante dos pressupostos, fica evidente a importância e necessidade inerente a criança de brincar na Educação Infantil e a brincadeira heurística, como forma de

conceder autonomia no processo de desenvolvimento infantil, também exerce papel relevante na formação desses pequenos que serão o futuro da nossa nação.

3.4 O papel do professor de Educação Infantil no brincar heurístico

O brincar, ato inerente à infância, deve estar presente na vida da criança desde seu nascimento.

De acordo com Kishimoto (2010)

Todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras. Pela diversidade de formas de conceber o brincar, alguns tendem a focalizá-lo como característico dos processos imitativos da criança, dando maior destaque apenas ao período posterior aos dois anos de idade. O período anterior é visto como preparatório para o aparecimento do lúdico. No entanto, temos clareza de que a opção pelo brincar desde o início da educação infantil é o que garante a cidadania da criança e ações pedagógicas de maior qualidade. (KISHIMOTO, 2010, p. 1).

Ainda segundo a autora, o brincar para a criança, é a atividade principal do dia-a-dia, e de extrema importância porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar.

No brincar heurístico, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é por meio da imaginação que o brincar se destaca fornecendo à criança os significados de que ela precisa para entender o mundo. Dessa forma, o brincar está intrinsecamente ligado à cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

Diante disso e conforme Goldschmied e Jackson (2008) citados por Mikoaski (2020), o papel do educador no brincar heurístico é:

A cuidadora tem o papel essencial de ser uma facilitadora. Ela permanece sentada em uma cadeira, em silêncio, atenta e observadora, talvez estudando uma criança especifique e anotando o que ela faz com o material. O adulto não estimula ou sugere, elogia ou direciona o que a criança deve fazer. A única exceção para essas

regras ocorre quando uma delas começa a atirar as coisas e a perturbar as outras crianças. (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2008 apud MIKOASKI, 2020, p. 27).

Sendo assim, o educador tem um papel de observador, ou seja, não deve interagir com a criança verbalmente nem interferindo no ato de brincar. A ideia é não influenciar ou redirecionar a atenção da criança. Isso, no entanto, não significa que o professor não deve estar presente na sala de aula, muito pelo contrário, seu papel é de observar, como também, fazer-se presente caso as crianças solicitem, assim estará no espaço junto às crianças todo o tempo da sessão de brincar.

O docente de Educação Infantil diante o brincar heurístico, além de uma postura diferenciada mediante o decorrer das atividades, também deve estar atento à reorganização da sala, solicitando à todas as crianças que contribuam no recolhimento dos brinquedos e objetos para serem guardados. Segundo Mikoaski (2010) “O brincar heurístico defende que essa solicitação não deve ser direta às crianças; ou seja, o professor deve estimular verbalmente a criança a organizar o espaço, de forma colaborativa e não impositiva”.

Entender no que consiste e como aplicar o brincar heurístico com as crianças da Educação Infantil, abre um leque para que o docente possa contribuir de forma mais efetiva para a aquisição de conhecimentos de seus alunos e assim alcançar os objetivos de aprendizagem propostos para o desenvolvimento infantil.

3.5 A prática do brincar heurístico

Kishimoto (2010) afirma que “Para educar a criança na creche, é necessário integrar não apenas a educação ao cuidado, mas também a educação, o cuidado e a brincadeira. Essa tarefa depende do projeto curricular”. Dessa forma, no brincar heurístico, algumas questões organizacionais devem ser consideradas para que as crianças consigam o máximo de satisfação com segurança e qualidade.

Nas creches e na pré-escola, espaços institucionais diferentes do lar, para se educar a criança de 0 a 5 anos e 11 meses é necessário trabalhar com objetos e com brinquedos de qualidade, substituindo-os, quando quebram ou já não despertam mais interesse. Para tanto, adquirir brinquedos, é fundamental selecionar aqueles com o selo do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), que já foram

testados em sua qualidade com critérios apropriados às crianças de acordo com a faixa etária.

Kishimoto (2010) alerta para fatores que devem ser relevantes na escolha dos brinquedos e objetos no brincar heurístico, garantindo assim a segurança e o bem estar das crianças que vão brincar, tais como: TAMANHO: o brinquedo, em suas partes e no todo, precisa ser duas vezes maior e mais largo do que a mão fechada da criança (punho); DURABILIDADE: o brinquedo não pode se quebrar com facilidade — vidros e garrafas plásticas são os mais perigosos; CORDAS E CORDÕES: esses dispositivos podem enroscar-se no pescoço da criança; BORDAS CORTANTES OU PONTAS: brinquedos com essas características devem ser eliminados; NÃO TÓXICOS: brinquedos com tintas ou materiais tóxicos devem ser eliminados, pois o bebê os coloca na boca. NÃO INFLAMÁVEL: é preciso assegurar-se de que o brinquedo não pega fogo; LAVÁVEL, FEITO COM MATERIAIS QUE PODEM SER LIMPOS: essa recomendação se aplica especialmente às bonecas e brinquedos estofados; DIVERTIDO: é importante assegurar que o brinquedo seja atraente e interessante.

Para tornar o brincar ainda mais interessante, outros fatores também devem ser levados em consideração: os materiais oferecidos devem ser no mínimo 15 variedades, com uma sacola que possa ser fechada com uma corda para cada uma; deve ter de 50 a 60 objetos em cada sacola, brinquedos suficientes para que as crianças não precisem disputar com os demais colegas; o espaço deve ser suficiente para que as crianças possam movimentar-se tranquilamente; todos os outros materiais para o brincar devem ser guardados; deve se delimitar um horário, um período do dia deve ser reservado para o brincar heurístico, uma hora é o tempo ideal; durante a exploração dos objetos pelas crianças, espalhados no chão, de tempos em tempos, precisam ser reorganizados, discretamente, para que continuem parecendo convidativos e como já citamos, no final da atividade, os objetos devem ser recolhidos pelas crianças, com o auxílio das professoras, e guardados na sacola para utilização em outro dia.

Isso tudo faz parte do processo de planejamento e organização do brincar heurístico que pode ter dentre seu materiais de brincadeiras, elementos do cotidiano da criança e da natureza como sementes, folhas, pedras, talheres, tampas de panelas, etc.

Duas atividades se destacam no brincar heurístico: o “Cesto dos tesouros” e as “Bandejas de Experimentação”. O primeiro consiste em um cesto contendo diferentes objetos e materiais que são oferecidos às crianças para que as mesmas possam explorá-los e conhecê-los, estimulando a interação da criança com o mundo. É importante escolher objetos naturais como sementes, folhas, conchas do mar, pedaços de madeira, de metal e aqueles com diferentes texturas e temperaturas também são apropriados ao cesto. Devem ser evitados objetos de plástico porque eles apresentam sempre a mesma textura (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2008 apud MIKOASKI, 2010, p. 29). Na segunda atividade, a “Bandeja de experimentação” são utilizados utensílios de apoio, materiais contáveis/não contáveis e as bandejas.

Os utensílios de apoio são: peneiras, conchas, copos de diferentes tamanhos, funis, medidores para as crianças utilizarem com os materiais não contáveis. Para os materiais contáveis é indicado o uso de colheres, conchas, pregadores, dosadores.. Os materiais contáveis podem ser: pedras, nozes inteiras, prendedores de roupas. Os não contáveis: pó de café, areia e farinha. As bandejas utilizadas para materiais não contáveis devem ser sem divisórias internas; para os materiais contáveis, são indicadas as bandejas com divisórias, como por exemplo: bandejas de ovo, de gelo e de talheres. Através da “Bandeja de Experimentação”, as crianças possuem a oportunidade de manusear objetos contáveis e não contáveis. (MIKOASKI, 2010).

Figura 1 - Ilustração do Cesto dos tesouros



Fonte: Escola Meu Castelinho (2020)

Figura 2 - Ilustração da Bandeja de Experiências



Fonte: Oficina Criar e Brincar (2020).

Tais atividades, conforme demonstrado nas figuras 1 e 2, se utilizam de materiais não estruturados que ampliam a possibilidade de criação da criança, e podem ser denominados de “largo alcance”, por permitir à criança a oportunidade de largas e extensas alternativas do criar, investigar, explorar, protagonizar, reinventar, descobrir e aprender.

Percebe-se assim neste capítulo que, o brincar heurístico é universal, pois permite que toda criança brinque independente da posição social de sua família e, se bem organizado, pode propiciar maior capacidade de desenvolvimento que brinquedos estruturados oferecem, pois permite à criança uma interação ativa e participativa, através da imaginação e da arte de brincar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante os resultados desta pesquisa, conclui-se que não se pode conceber a criança e a infância sem considerar o ato de brincar como uma ação potencializadora do desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para que essa, cresça de forma plena, saudável e feliz e se torne um adulto completo e apto ao exercício de sua cidadania.

O brincar heurístico, como uma prática intencional educativa, permite à criança brincar de forma livre, inventando e criando segundo o seu interesse, e que oportuniza uma gama de experimentações com materiais de largo alcance e não estruturados, que se desvincula dos brinquedos industrializados, produzidos pela indústria capitalista, respeitando os percursos individuais e coletivos dos alunos.

No primeiro capítulo, pudemos entender a concepção de criança e infância no passado, para melhor entender tais concepções no presente, por meio de uma reflexão que nos leva a conhecer a criança como um sujeito histórico-cultural que ao longo da história, adquiriu valorização e direitos graças ao empenho de filósofos e estudiosos da condição humana que possibilitaram a todos, ver a importância da infância e do desenvolvimento infantil para a vida plena do homem adulto.

Já no capítulo dois, pode-se verificar a legitimidade das leis, decretos e diretrizes que permeiam a importância do brincar para a criança e sua obrigatoriedade nos processos educacionais da Educação Infantil e como o brincar heurístico é uma atividade importante para ser mediada na Educação Infantil.

E finalmente no capítulo três, abordamos o brincar heurístico como uma atividade centrada na criança, que a coloca como protagonista de sua própria aprendizagem, já que a atividade é baseada na manipulação exploratória dos objetos. O adulto nessa prática atua como coadjuvante, organizando e selecionando os materiais a serem utilizados e durante a atividade atuando como observador atento aos seus movimentos e sua relação com os objetos sem interagir com a criança.

Dessa forma, concluímos este estudo respondendo às questões levantadas na introdução enfatizando que o brincar heurístico é de extrema importância para a aprendizagem e para o desenvolvimento infantil, quando permite desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, emocionais e sociais que preparam a criança, por meio da imaginação e do mundo do faz de conta, de uma forma

divertida e interativa para a vida e, na Educação Infantil, o brincar heurístico, possibilita esse desenvolvimento á toda e qualquer criança, independente de suas especificidades ou de sua condição social, sendo relevante não só para Educação Infantil, como para a criança como sujeito histórico cultural, detentor do direito assistido pela Constituição Federal, de BRINCAR!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2 ed. Trad. Dora Fraksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Declaração dos direitos da criança**. Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: MEC, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 10 nov. 2021.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. CNE 4/2000**, de 16 de fevereiro de 2000. Aprova as diretrizes operacionais para a educação infantil. Brasília: CEB/CNE, 2000. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/dire-trizes_p0619-0628_c.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Práticas cotidianas na educação infantil: bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC E UFRGS para construção de orientação curricular para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Brinquedos, brincadeiras e materiais para bebês: manual de orientação pedagógica – módulo 2**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Justiça. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília: MJ, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

ESCOLA Meu Castelinho. Cesto dos Tesouros. 2020. Disponível em: <https://www.meucastelinho.com.br/cesto-dos-tesouros/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar é aprender. In: GIACOMONI; Marcello; PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). **Os jogos e o ensino de História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179315/001069216.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 nov. 2021.

GONÇALVES, Gisele. **A Criança como sujeito de direitos**: limites e possibilidades. Reunião Científica Regional da ANPED. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_GISELE-GON%C3%87ALVES.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, 1. Belo Horizonte, **Anais...** novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>> Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. O Jogo e a educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 46-63, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644269>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MIKOASKI, Camila Tamires. **Contribuições do brincar heurístico para a educação infantil**. Monografia. (Licenciatura Em Pedagogia) - Campus Universitário da Região dos Vinhedos, Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, RS, 2020.

MONTEIRO, Clara Medeiros Veiga Ramires; DELGADO, Ana Cristina Coll. Crianças, brincar, culturas da infância e cultura lúdica: uma análise dos estudos da infância. Pelotas, RS, **Saber e Educar**, v. 19, n. 1, p. 106, 2014.

NAVARRO, Mariana Stoeterau. O Brincar na educação infantil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. Educere, **Anais...**, p. 2123-2137, Curitiba, 2009. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/Cd2009/Pdf/2693_1263.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

OFICINA Criar e Brincar. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/oficinacriarbrincar/posts/2586314601639167/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PINHEIRO, Débora Caetano da Silva. Brincar heurístico. **Revista Educar FCE**, v. 18, n. 1, p. 716-724, 2019. Disponível em: <<https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-revista.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ROCHA, Regiane da Silva; POLONINI, Janaina Fernandes Guimarães. O Brincar heurístico na educação infantil em época de covid-19: relato de experiência da abordagem como estratégia de educação a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA. **Anais do CIET: EnPED:2020**, p. 1-8. São Carlos, ago. 2020. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1792>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales; TASSIGNY, Freitas Mônica Mota. Uma Leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20_vygotsky.pdf> Acesso em: 16 nov. 2021.

SANTOS, Simone Weissheimer; ROSA, Luís Carlos Dalla. A Criança como sujeito histórico e de direitos e a formação de professores da educação infantil. **Revista Acadêmica Licencia & Acturas**, v. 7, n. 1. p. 27-37, 2019.

SOUZA, Kellcia Rezende; MARQUES, Thays Bernardes; BRAIT, Lilian Rodrigues Ferreira. O Papel dos jogos e brincadeiras no processo de ensino aprendizagem nas aulas de educação física nas séries iniciais do ensino fundamental: uma abordagem construtivista piagetiana. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO SUDOESTE GOIANO, 24. **Anais...**, Jataí, 2008. Disponível em: <<https://studylibpt.com/doc/3346808/o-papel-dos-jogos-e-brincadeiras-nos-processos-de>> Acesso em: 16 nov. 2021.

VENANCIO, Patricia. **Curso: O Brincar heurístico e sua contribuição para o desenvolvimento infantil**. Rede Nacional Primeira Infância. 24 de janeiro de 2020. 14:00-17:00. Disponível em: <[Http://Primeirainfancia.Org.Br/Evento/O-Brincar-Heuristico-E-Sua-Contribuicao-Para-O-Desenvolvimento-Infantil/](http://Primeirainfancia.Org.Br/Evento/O-Brincar-Heuristico-E-Sua-Contribuicao-Para-O-Desenvolvimento-Infantil/)> Acesso em: 16 nov. 2021.

VIEIRA, Mafalda Azevedo. **Brincar heurístico e o cesto dos tesouros: a abordagem à brincadeira espontânea em contexto de creche**. Isec Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências Escola de Educação, 2010.